



Anais da Assembléia

Nº 160

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 248ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1977

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Gabriel Manoel.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Esporsin, Fuad Naclí, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (**Ernesto Gnoato**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (**Ernesto Gnoato**) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 74/76, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, à S. Exa. Revma. DOM ROMEU ALBERTI, Bispo Diocesano de Apucarana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 74/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, à Sua Excelência Reverendíssima DOM ROMEU ALBERTI, Bispo da Diocese de Apucarana.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que pretendemos seja prestada à Sua Excelência Reverendíssima, Dom Romeu Alberti, Bispo da Diocese de Apucarana, concedendo-lhe o título de Cidadão Honorário do Paraná, além de muito honrar o povo de nossa terra, em tão ilustre personalidade como cidadão, virá demonstrar o reconhecimento pelos inestimáveis serviços que Sua Excelência vem

prestando ao Paraná, como titular da Diocese de Apucarana.

DADOS BIOGRÁFICOS DE SUA EXCELÊNCIA

REVERENDÍSSIMA, DOM ROMEU ALBERTI,

BISPO DE APUCARANA

Dom Romeu Alberti, filho do Sr. Augusto Alberti e de Dona Maria Fornes Alberti, nasceu em São Paulo, Capital, no Bairro da Lapa, aos 21 de abril de 1927.

Cursou o Grupo Escolar da Lapa de Baixo e o Grupo Escolar "Pereira Barreto".

Definiu-se sua vocação sacerdotal, quando cursava o Ginásio Anchieta, nas Perdizes, São Paulo.

Encaminhou-se para o Seminário Preparatório, de onde seguiu para o Seminário Menor de Pirapora, ingressando no 2o. ano ginasial. Cursou Filosofia no Seminário Central do Ipiranga, de onde foi encaminhado a Roma, lá chegando no início de novembro de 1947.

Na cidade eterna, conviveu com colegas de todas as partes do Brasil, no Pontifício Colégio Pio Brasileiro, e, com colegas de várias partes do mundo, freqüentou a Faculdade Teológica da Pontifícia Universidade Gregoriana.

Foi ordenado Presbítero aos 07 de outubro de 1951, na Igreja "del Gesù", em Roma, por D. Antônio Maria Alves de Siqueira, então Bispo Auxiliar de São Paulo.

Continuou seus estudos em Roma, na Faculdade de Direito Canônico da mesma Universidade, doutorando-se com louvor ao apresentar a tese "A mente do legislador em Suarez".

Voltou para o Brasil no início de março de 1957. Na arquidiocese de São Paulo exerceu as mais diversas funções: Diretor Espiritual do Seminário Central do Ipiranga; professor de Teologia Moral, no mesmo Seminário e na Faculdade Teológica da Pontifícia Universidade Católica; Assistente eclesialístico, diocesano, provincial, e regional da juventude estudantil católica masculina; Vice-Oficial do Tribunal Eclesiástico de São Paulo; Capelão da Escola Preparatória de Cadetes do Exército; Capelão da Casa da Infância do Menino Jesus; Coordenador da Pastoral Carcerária de São Paulo, atendendo diretamente aos presídios, razão pela qual recebeu o título de "o Bispo dos Encarcerados"; Coordenador do Secretariado Regional Sul I, que na época compreendia São Paulo e Paraná; Responsável diocesano pelo setor de Educação; Vigário Geral da Arquidiocese de São Paulo e Vigário Episcopal da Zona Leste da Arquidiocese que abrangia dois milhões de habitantes; Bispo auxiliar do Eminentíssimo Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota; Coordenou na arquidiocese a Campanha da Encíclica "Mater et Magistra", e o setor das Missões Populares e dos Meios de Comunicação Social da "Cruzada do Rosário em Família".

Foi nomeado, pelo Santo Padre o Papa Paulo VI, Bispo Titular de Belati, aos 25 de março de 1964. Esta nomeação foi publicada aos 28 de março do mesmo ano.

No dia 24 de maio de 1964, recebeu a Ordenação Episcopal na Catedral Metropolitana de São Paulo, sendo sagrante o Exmo. Sr. Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e co-sagrantes o então Arcebispo de Ribeirão Preto, D. Agnelo Rossi e o Arcebispo de Campinas, D. Antônio Maria Alves de Siqueira.

A 22 de fevereiro de 1965, foi transferido de Bispo Titular de Belati para Bispo Residencial de Apucarana, tomando posse da diocese a 28 de março de 1965, numa das maiores concentrações de povo do Norte do Paraná.

Participou do Concílio Ecumênico Vaticano II, no período de 1965 e 1966.

Cumulou, com a função de bispo diocesano de Apucarana,

a função de Administrador Apostólico da Arquidiocese de Botucatu, por nomeação do Papa Paulo VI, de 21 de junho de 1968, função que exerceu até fins de abril de 1969.

Foi secretário do então Secretariado Sub-Regional Sul II, que compreendia as dioceses da atual Província Eclesiástica de Londrina, de 20 de março de 1970, a setembro de 1971.

Na Regional Sul II, da CNBB, que abrange todo o Estado do Paraná, é membro da Comissão Episcopal de Pastoral, especialmente responsável pela Liturgia, pelo Diaconato Permanente e até há pouco também pela Pastoral Indígena.

No Inter-Regional Sul do Brasil, que compreende os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é responsável pela Equipe Coordenadora do Diaconato Permanente.

Na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, desde 1971, é membro da Comissão Nacional de Liturgia, especialmente encarregado dos Setores de Liturgia e Traduções, como também de Liturgia e Meios de Comunicação Social. Em razão disso, coordenou em Apucarana de 3 a 09 de julho de 1972, o I Encontro Nacional de Liturgia de Rádio e Televisão.

Representou a Comissão Nacional de Liturgia no I Encontro Latino-Americano de Liturgia em Medellín, de 17 de julho a 19 de agosto de 1972.

Participou de Curso de Extensão Universitária sobre Meios de Comunicação Social na Universidade Católica de Belo Horizonte, sobre Assistência Social na Universidade Católica de São Paulo, e tem licença em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas, Paraná.

A 23 de novembro de 1972, a Assembléia Geral do Conselho Episcopal Latino Americano, reunida em Sucre, Bolívia, o elegeu Presidente do Departamento de Liturgia desse Conselho, cargo para o qual foi reeleito na Assembléia Geral, reunida em Roma, em novembro de 1974, pelo período de 4 anos.

Em julho de 1974, coordenou o II Encontro Nacional e I Latino-Americano de Liturgia de Rádio e Televisão, em Apucarana.

Em razão principalmente de suas funções, conhece os seguintes países: Itália, Suíça, França, Espanha, Portugal, Luxemburgo, Holanda, Bélgica, Austrália, Alemanha, Suécia, Noruega, Inglaterra, Grécia, Chipre, Israel, Jordânia, Síria, Líbano, Malta, Egito, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, Guatemala, México, Haiti, Jamaica, São Domingos, demais ilhas do Caribe, Estados Unidos e Japão.

Fala, além do português, as seguintes línguas: italiano, espanhol, francês, latim e inglês.

Com os dados acima, que bem situam a personalidade que pretendemos receber esta homenagem, é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI No. 74/76

De autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpelini, o presente Projeto de Lei no. 74/76, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná, à Sua Excelência Reverendíssima, Dom Romeu Alberti, Bispo Diocesano de Apucarana.

Analisando-se a justificativa apresentada pelo seu autor, bem como os dados biográficos da personalidade que se pretende homenagear com a mais alta distinção dos Poderes Constituídos de nosso Estado, temos que a mesma se reveste da maior justiça, pois visa agraciar com o título honorífico de Cidadão Paranaense, a quem muito de si vem dando em favor de nossa terra, nas funções que exerce junto à Diocese de Apucarana.

As atividades de Dom Romeu Alberti, em prol da comunidade, a cuja jurisdição está afeta a Diocese de Apucarana, tem ultrapassado as suas fronteiras, sendo citada e elogiada em todos os recantos de nosso Estado e mesmo além dele.

Nestas condições, como o projeto é constitucional, o nosso parecer é FAVORÁVEL, e congratulando-nos com a meritória iniciativa, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para as 14,00 horas do mesmo dia, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 249ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1977

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Fabiano Braga Côrtes.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelelino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 253/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 55/77, ex-Proposição no. 195/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando estabelecer normas na aplicação de recursos do "Salário Educação" no Estado do Paraná. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 05, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 74/76.

Levanta-se a Sessão.

**3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 250ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1977**

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Jayme Rodrigues de Carvalho e Valter Pietrângelo.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Baatos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nos. 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226 e 227/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

76/77: Do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI - Cidade de Rio Branco do Sul, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o no. 6.947. — AGRAD-DEÇA-SE.

43/77: Do Sr. Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Conselho Maringense de Assistência à Mulher, com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o no. 6.948. — AGRAD-DEÇA-SE.

119/77: Do Sr. Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Entidade denominada "Assistência Social e Educacional Brasil Para Cristo", com sede e foro na cidade de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o no. 6.949. — AGRAD-DEÇA-SE.

63/77: Do Sr. Deputado Egon Pudell, que reconhece de utilidade pública a Associação de Pais e Professores Vital Brasil, do Grupo Escolar do mesmo nome, com sede em Vera Cruz do Oeste, Município de Céu Azul, o qual convertido em Lei tomou o no. 6.950. — AGRAD-DEÇA-SE.

114/77: Do Sr. Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a "Fundação Bem Estar do Menor" da cidade de Jacarezinho, o qual convertido em Lei tomou o no. 6.951. — AGRAD-DEÇA-SE.

102/77: Do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública o "Coral Bento Mossurunga", com sede e foro na cidade de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o no. 6.952. — AGRAD-DEÇA-SE.

109/77: Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a composição numérica do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, dotando suas carreiras do necessário número de cargos, o qual convertido em Lei tomou

o número 6953. — AGRAD-DEÇA-SE.

123/77: Do Poder Executivo, que encaminha anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, o qual convertido em Lei tomou o no. 6954. — AGRAD-DEÇA-SE.

101/77: Do Sr. Deputado Antônio Facci, que declara de utilidade pública o "Núcleo Social Papa João XXIII", com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o no. 6955. — AGRAD-DEÇA-SE.

38/77: Do Sr. Deputado Werner Wanderer, que altera para "Formosa do Oeste" a denominação do Município de Formosa, criado pela Lei no. 4382, de 10/06/61, o qual convertido em Lei tomou o no. 6956. — AGRAD-DEÇA-SE.

75/77: Do Sr. Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo denominar "João Antônio Zem", um dos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado, o qual convertido em Lei tomou o no. 6958. — AGRAD-DEÇA-SE.

88/77: Do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a "Associação do Roupeiro de Santa Rita de Cássia", com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o no. 6959. — AGRAD-DEÇA-SE.

89/77: Do Sr. Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública o "Clube de Radioamadores do Litoral do Paraná", com sede e foro na cidade de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o no. 6970. — AGRAD-DEÇA-SE.

103/77: Do Sr. Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a "Associação dos Advogados de Londrina", com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o no. 6957. — AGRAD-DEÇA-SE.

Sob o no. 1200/77, do Sr. Fernando Jefferson Faleiros, Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho, comunicando ter sido aprovado em Sessão Ordinária do dia 04 do corrente, requerimento do Edil Silvestre Marques, relacionada à poluição das águas do Rio Jacaré, solicita apoio dos órgãos do Governo, da representação parlamentar e dos cidadãos, no sentido de garantir que o mencionado rio não venha sofrer os efeitos danosos das descargas de afluentes, liberadas pelas destilarias de álcool que se está instalando no vizinho Município de Santo Antônio da Platina. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

Sob o no. 10/77, do Sr. José Antônio da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Catende, Estado de Pernambuco, no qual encaminha a este Poder Legislativo, cópia do requerimento de autoria do Vereador Diomedes Felix de Lima, nos seguintes termos: Tendo em vista a aprovação unânime por esta Casa Legislativa de um Requerimento de autoria do Vereador Diomedes Felix de Lima, e atendendo pedido do autor, estamos encaminhando a VV. Exas., cópia do requerimento anexo.

Solicito, outrossim, que essa Câmara Municipal faça igual apelo aos Poderes Constituídos: Ministério da Previdência e Assistência Social, Presidente do INPS, Assembléias Legislativas dos Estados e Autoridades Competentes, no sentido de que sejam atendidos os apelos populares de todos os que desejam construir sua casa, para a felicidade dos seus familiares e engrandecimento do Brasil.

Com os sinceros agradecimentos pela atenção que nos dispensar a presente solicitação, contribuindo para que a atual administração do INPS e autoridades competentes possam efetivar as medidas de controle e proteção às pessoas que pretendem construir ou reformar sua residência e assegurando-lhes a integridade do imóvel que lhe é, o seu patrimônio domiciliar, aproveito o ensejo para apresentar a VV. Exas., os nossos protestos de apreço e consideração. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de louvor ao jornalista e compositor MATINÓCIO FILHO.

Requer, outrossim, aprovado este, seja dado ciência do mesmo ao interessado.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1977.

(a) OTÁSSIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas regimentalmente, requer após ouvido o Plenário, a consagração em ata, de um voto de louvor à Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda., pela homenagem que prestará ao Dr. ELOY GOMES, Chefe da Divisão Especial do CTRIN/DICOR, do Banco do Brasil S/A.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Os agricultores dos Municípios de Pato Branco, Coronel Vivida, Mariópolis, Vitorino, Itapejara do Oeste e Manguaçu, área de atuação da Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda., com sede em Pato Branco, e Entrepósito em Coronel Vivida, pretarão uma homenagem especial ao funcionário do Banco do Brasil S/A., Sr. Eloy Gomes, Chefe da Divisão Especial do CTRIN/DICOR, com sede em Curitiba, em reconhecimento ao decidido apoio prestado às causas dos produtores agrícolas e Cooperativa Agropecuária, do Sudoeste do Estado.

A homenagem será realizada no dia 16 de dezembro de 1977, em Pato Branco, por ocasião da inauguração do Laboratório de Análises de Solos, da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná, naquele município, em solenidade que contará com a presença dos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Agricultura.

Solicito, outrossim, caso seja aprovado o presente requerimento, que sejam expedidas cópias do inteiro teor deste às seguintes autoridades:

- Diretor de Pessoal do Banco do Brasil S/A.
- Diretor Regional do Banco do Brasil S/A.
- Sr. Eloy Gomes, Chefe da Divisão Especial CTRIN/DICOR, do Banco do Brasil S/A.
- Cooperativa Guarany Ltda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e prerrogativas regimentais, requer após ouvido o Plenário, inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem de mais um aniversário de instalação, nesta data, do Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1977.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mal. Cândido Rondon, em pouco tempo de independência político-administrativa, mostrou-se, através do trabalho consciente de uma comunidade irmanada, como célula-viva deste nosso querido Paraná, daí porque merece a nossa especial atenção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer após ouvido o Plenário, inserção em ata dos trabalhos de hoje, de voto de regozijo pela passagem do 160. aniversário, amanhã, 03 de dezembro, do Município de Palotina.

Sentimo-nos gratos em cumprimentar os municípios pela passagem desta significativa data, principalmente pela pujança

do trabalho dos palotinenses, fazendo com que a "Capital da Soja" tivesse significativo progresso, bem como o trabalho consciente dos homens públicos que souberam fazer de sua cidade uma realidade onde todos se sentem bem.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1977.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requerem, após ouvido o douto Plenário, seja dispensada a publicação da Redação Final do Projeto de Lei no. 115/77, que trata da contagem proporcional de tempo de serviço para efeito de aposentadoria, cuja Emenda Substitutiva foi aprovada nesta data, vez que é composto de apenas um artigo, tratando, especificamente, da matéria e de outro cuja redação é comum no encerramento de todas as leis.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1977.

(aa) Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário para endossar o pedido de envio de Denúncia Escrita pelo Pastor Gernote G. Kirinus, membro da Comissão Pastoral da Terra, Regional do Paraná, pela prática de crimes e impunidade dos mesmos, pelas autoridades do Município de Araí Moreira, no Mato Grosso do Sul, contra paranaenses que para lá se locomovem, principalmente e especialmente, contra a família do Sr. Omar Briemitz, ao Departamento de Polícia Federal, em Brasília, para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Acompanha documento em que consta denúncia dos crimes cometidos, seus autores, vítimas e fatos, que induzem impunibilidade pela omissão das autoridades do Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Não me surpreendeu o pronunciamento do Presidente Ernesto Geisel, visto que S. Exa., apenas está atendendo, em parte, a vontade soberana do povo, que deseja o fim das medidas de excessões. Aliás, o povo está conscientizado, em decorrência da campanha firme e intensiva do MDB que, desde há muito, vem lutando pelo retorno das franquias democráticas, com perdas irreparáveis, em face das cassações de inúmeros companheiros, que corajosamente defendiam o Estado de Direito. Sobre a pretensa alegação de que eles estavam contestando o regime, o governo acionou os dispositivos do Ato-5, marginalizando políticos democratas autênticos, sem assegurar nenhum direito de defesa, contrariando, destarte, os princípios retificados pelo Brasil, na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O clamor público atingiu tanta intensidade, em defesa dos Direitos Humanos, e do retorno de franquias democráticas, que o próprio Supremo Tribunal Federal, em recente e memorável decisão, absolveu por unanimidade o Presidente Ulisses Guimarães, do MDB, de pretensa imputação que foi apresentada pelo Procurador Geral da República.

Resta agora, ao Presidente da República, que decidiu abraçar em parte o programa do MDB, pelo retorno ao Estado de

Direito, que consolida esta "abertura", através de atos oficiais ao Congresso Nacional, para que se estabeleça o diálogo e o debate daquelas medidas de exceção com a conseqüente revogação.

Pode-se ao final dizer que o grande vitorioso, deste pronunciamento do Presidente Geisel, é o povo brasileiro, que não admite, sob qualquer título, que se cometa injustiças e que lhe seja cerceado o direito de defesa.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, estamos na tribuna no dia de hoje, para apresentar um voto de louvor a um jornalista, poeta, do Estado do Paraná. Trata-se de Marinósio Filho. Este baiano que há tempos se radicou em Londrina, realizou uma exposição individual de poemas no Com-tour Shopping Center daquela cidade, em maio de 1976, quando apresentou 26 trabalhos, ora publicados no livro "O outro lado da rua". E neste ano, mais precisamente no mês de maio, o "Mural de Poemas", como passou a ser denominado, tornou-se oficial, numa elogiável atitude da Secretaria da Educação e Cultura.

Uma coletiva com onze poetas foi levada a efeito, com pleno sucesso a tal ponto de ser editado um livro alusivo ao movimento cultural, cujo pioneirismo na realização está atribuída a este homem brilhante nas letras, que é Marinósio Filho.

E numa patente mostra de seu dinamismo a serviço da poesia, Marinósio está levando o movimento como uma verdadeira peregrinação cultural. Assim é que no próximo dia 09 deste mês, a cidade de Campo Mourão também realizará o seu Mural de Poemas no recinto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquele município e outras cidades já estão mostrando vivo interesse na participação de tal iniciativa. A próxima cidade a sediar um Mural de Poemas será Cascavel.

Sendo assim, Sr. Presidente, nobres Pares, solicito que se registre nos Anais desta Casa, um voto de louvor a este moço, que, através da poesia, através da letra, está levando bem alto o nome do Estado do Paraná".

Para quem não conhece Marinósio Filho, ele é o autor da letra: "Você pensa que cachaça é água".

Sr. Presidente, o nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo o Pequeno Expediente, Sr. Presidente, para não perder a oportunidade de solicitar, desta Casa, o envio, ao Departamento de Polícia Federal, em Brasília, de um requerimento que solicite uma tomada de providências a respeito de fatos lamentáveis que vêm ocorrendo no Sul do Mato Grosso.

Parece até impertinente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Estado do Paraná se envolva em questões que dizem respeito a um outro Estado da Federação, mas, o que ocorre, envolve interesses senão direta, do Paraná, indiretamente.

Pessoas, lavradores principalmente do Paraná, têm se deslocado ao Mato Grosso e têm sido ou são, constantemente, vítimas de crimes, até assassinatos.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, escrita, uma denúncia de um pastor evangélico, Pastor Germut Quirinos, em que denuncia um crime de homicídio praticado contra um cidadão do Paraná, no Estado do Mato Grosso, e que as autoridades do Sul do Mato Grosso, até o momento, não tomar providências.

A família desse lavrador se dirigiu ao Mato Grosso, fez um contrato de arrendamento de terras, e depois que o terreno estava preparado, depois que foram feitas benfeitorias, que as benfeitorias estavam edificadas, benfeitorias essas que, por contrato, deveriam ficar na posse do proprietário do terreno, após vencido o contrato de arrendamento, família esta que foi, violentamente despejada, a mando militar, por parte do proprietário da terra, cidadão que é agente de rendas do Sul do

Mato Grosso. Uma denúncia grave, assinada por um cidadão que pertence à pastoral da terra regional, aqui no Paraná..

Acredito, pois, que tem procedência levar-se ao conhecimento das autoridades responsáveis para que providências sejam tomadas, porque como bem diz, num trecho da denúncia, este Pastor, que farei a leitura:

"Todas as vezes que pisamos na estrada que vai de Foz do Iguaçu a Guaíra, inúmeros caminhões carregando ao Paraguai ou em direção do Mato Grosso, a maior riqueza do Paraná, que são nossos laboriosos agricultores, não podemos nos esquivar da inquietante pergunta pelo destino dessa gente.

Quando vão ao Paraguai, em busca de terra e trabalho, sentimo-nos pequenos e impotentes dentro de um País continente, com 70 milhões de hectares de latifúndio, por definição, o que vale dizer que temos mais do que um Paraguai em extensão de áreas, digo, de terras inaproveitadas.

Quando vão ao Mato Grosso, Rondônia e Amazonas, tememos pela segurança de suas famílias, segurança de vida. E o pior da nossa apreensão, é que este temor não é provocado pelo fato de lhes faltar alimentos ou condições de vida, mas, por estarem suas vidas, ameaçadas por monstros que habitam aquelas terras; são monstros sem princípios humanos, que se infiltram em nossas estruturas estatais, semeando ódio e violência contra o povo, a Pátria, e contra Deus. São inimigos do povo, porque assassinam a sangue-frio o trabalhador humilde que, com o seu suor, extrai da terra, os alimentos necessários à vida de todos nós; são inimigos da Pátria, pois desrespeitam a lei que assegura o progresso da Nação; são inimigos de Deus, pois que querem para si a terra que Deus deu ao Homem, para que cultivasse e tirasse dela, o seu alimento".

Sr. Presidente, eu passo às mãos de V. Exa., com um requerimento em que se pede o envio desta denúncia ao Departamento de Polícia Federal, em Brasília, para que sejam tomadas as devidas providências, porque, há mais de 60 dias, foi assassinado um cidadão, queimada a propriedade desta família, que teve de sair de avião do Mato Grosso, e que tem uma testemunha visual que está escondida aqui no Paraná, porque corre o risco de vida no Mato Grosso, e, esperamos que as autoridades do Sul do Mato Grosso tomem providências.

Portanto, Sr. Presidente, me parece que procedimento, embora o crime não tenha ocorrido no Paraná, mas, envolve os interesses de uma família paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência consulta o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, se quer fazer uso da palavra no Grande Expediente, para o qual está inscrito.

Havendo declinado de usar a palavra no Grande Expediente, consulto à Liderança do MDB, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Havendo declinado, concedo a palavra, no horário reservado à Arena, por deferência de seu Líder, Deputado Luiz Roberto Soares, ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Reconhecido o direito de crítica, cabe-nos o dever de lamentar o mau uso desse direito por uma corrente de opinião cujo ideário tem a diretriz de afronta. Não lhe bastasse o crivo de uma visível carência de informação sobreleva-se o indifarável intuito de contestação, quando propositadamente se procura impingir a falsa imagem da irresponsabilidade administrativa.

Não será nossa intenção arrolar nomes, eis que as atitudes e injustificáveis ataques ao labor e aos primados da decência humana, já os identificam àqueles que tem consciência do bem que anima o comportamento do Governo, e de sua obra em favor do desenvolvimento paranaense.

Que exemplo mais dignificante pode haver que não o do

trabalho produtivo que dissemina benefícios entre o povo; que lhe assegura o beneplácito do conforto, do progresso e do bem estar pessoal; que abre ao Estado as perspectivas de integração social; que concretiza os anseios de expansão econômica; que realiza as aspirações de saúde; e que distribui a Justiça?

Porém, Srs. Deputados, o esvaziamento das críticas, tantas vezes intempestivas, se dá exatamente no confronto da verdade que se proclama, onde a aferição das obras realizadas pelo Governo, demonstra sempre a injustificável disposição dos diligenciadores em promover a confusão e minimizar o clima de confiança e respeito, que faz do Paraná de hoje o mesmo lugar de trabalho, de progresso, de desenvolvimento econômico, político e social que, de modo expressivo, marcou o período governamental de 1961 a 1965.

Ampla na sua ação, a Administração Estadual tem prodigalizado sua indispensável presença em todos os setores, com a coragem e a objetividade que devem caracterizar um bom Governo, e aí estão para comprovar esse esforço, o trabalho da Educação, ampliando a capacidade escolar de nosso Estado; da Saúde, na consolidação de um "status" sanitário, que se embasa no conceito filosófico de que "a saúde é um patrimônio do povo"; da Agricultura, no afã de amparar e contribuir para a expansão da economia do Estado que se assenta na produtividade da terra; dos Transportes, que viabiliza a comunicação rodoviária entre os polos de produção e os mercados consumidores; da Administração, que responde pela execução da política conservacionista e de construção de próprios estaduais; e enfim, de todas as áreas públicas estaduais comprometidas com a concretização de todos os sonhos e aspirações do povo paranaense, dentro de uma programação de obras realistas, escoimada de vãs promessas eleitorais, mas de evidencição do grande potencial de realizações deste Governo.

Desejamos destacar, nesta oportunidade, o trabalho que vem sendo realizado pela Secretaria do Interior, responsável por um dos setores de maior expressão no contexto da Administração Pública Estadual. Na realidade, está a ela afeto o equacionamento dos problemas das áreas de telecomunicações, do saneamento básico, da habitação popular, e da defesa do meio ambiente.

Dentre as suas atribuições, é nosso desejo abordar nesta Casa, o relevante trabalho que essa Secretaria vem realizando no campo do saneamento ambiental, onde se afigura como um de maior dimensão, o programa de combater a poluição do meio-ambiente.

Por ofício de consciência e de Justiça, devemos acrescentar o indiscutível mérito do secretário Noel Lobo Guimarães, do Interior, na condução das medidas e providências que originaram a Administração dos Recursos Hídricos, órgão criado com o objetivo de atuar normativa e executivamente no campo da pesquisa e da proteção ambiental, principalmente na área dos recursos hídricos onde a poluição já vinha assumindo proporções fantasmagóricas.

Mas, é preciso acentuar, igualmente, o arejado espírito público de Jayme Canet Júnior, homem profundamente preocupado em oferecer ao povo deste Estado, os padrões de vida proclamados pelo silogismo da saúde, cuja premissa maior é a sanidade ambiental, na busca de um desiderato que só se completa com o desenvolvimento social.

Infere-se dessa ilação que o Paraná, em síntese, não quer seguir o mesmo caminho de outros Estados da Federação, vitimado por sérios problemas de poluição. No Paraná, o setor está sob controle, tanto que o "Conpol" — controle da poluição ambiental — tem cadastradas mais de 500 indústrias, das quais, pelo menos 280, de grande porte.

Compete à Administração dos Recursos Hídricos o conhecimento dos recursos e possibilidades hídricas do Estado; avaliação dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos;

programas de controle de poluição das águas e do ar, e de práticas de conservação de recursos naturais; programas de desenvolvimento integral de bacias hidrográficas; pesquisas de tratamento de águas e de esgotos; controle e fiscalização da qualidade e potabilidade da água distribuída às populações do Estado; avaliação da descarga sólida que ocorre na rede hidrográfica do Estado e treinamento e aperfeiçoamento de pessoal nos campos da hidrologia e saneamento básico.

O desenvolvimento crescente da Região Metropolitana de Curitiba, radicado principalmente no crescimento populacional e na expansão industrial, permite a previsão de desequilíbrios do meio ambiente, difíceis de serem corrigidos a posteriori, se não forem tomadas decisões através de oportuna ação governamental. Decorre dessa preocupação o Plano Diretor de Abastecimento de Água e Controle da Poluição para a Região Metropolitana de Curitiba.

Esse significativo Plano foi elaborado em consonância com as diretrizes e metas de desenvolvimento do Governo do Estado, o qual estabelece objetivamente a sequência de obras que deverão ser executadas nos próximos anos, a fim de satisfazer as necessidades de abastecimento de água à comunidade da grande Curitiba, definindo, outrossim, o setor de infra-estrutura.

Os objetivos do estudo foram no sentido de estabelecer um Plano Diretor para a utilização de recursos hídricos, para viabilizar nos seus aspectos técnicos, econômicos e financeiros, o abastecimento de água para a Região Metropolitana de Curitiba e o controle da poluição de seus cursos de água. Geograficamente, a área de estudo abrange mais de nove mil quilômetros quadrados, incluindo as bacias dos rios Iguaçu, Açungui, Capivari e Várzea, considerando-se politicamente, os municípios de Curitiba, Araucária, Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Quatro Barras, Piraquara, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

A projeção é abrangente a um período de 30 anos, isto é, de 1976 a 2005. Isto levou a três enfoques básicos que disciplinaram a condução dos trabalhos: pesquisa exaustiva de todos os recursos hídricos circunscritos, definindo tecnicamente todas as alternativas de regularização de águas; otimização do uso e proteção dos recursos naturais, para atender as demandas, criteriosamente levantadas, com o menor custo e utilização de instrumental técnico para análise mais completa de todas as opções, e que permitisse numa eventualidade, um rápido reprocessamento das análises realizadas, na busca de quaisquer novas informações que viessem ou venham a ser reclamadas.

Foram utilizados no decorrer do estudo, seis modelos matemáticos, compostos de dezenas de programas de computador, referentes à simulação de fluxos hidrológicos, alocação de obras e investimentos no tempo, otimização do estagiamento de obras, simulação da qualidade das águas, análise financeira. Foi aplicada ainda, a técnica de análise de sistemas, objetivando o planejamento de recursos hídricos, associada esta às tecnologias de alto nível de engenharia sanitária e obras hidráulicas.

É preciso demonstrar também, a preocupação do Governo quanto à solução dos problemas da poluição dos cursos naturais no interior. No Paraná, são 16 as bacias hidrográficas em regime permanente: Iguaçu, Tibagi, Ivaí, Pirapó, Cinzas, Paranapanema I, Paranapanema II, Paranapanema III, Paranapanema IV, Itararé, Ribeira, Piquiri, Paraná I, Paraná II, Paraná III e litorânea. A maior é a do Iguaçu, com 56.762 quilômetros quadrados, seguida do Ivaí com 36.545 quilômetros quadrados e a do Tibagi, com 24.906 quilômetros quadrados.

A mais poluída, porém, é a bacia do Tibagi, posto que, ao ao longo de seu curso se situam grandes indústrias que descarregam resíduos altamente poluidores, além dos defensivos agrícolas carregados até suas águas pela ação das chuvas.

Aos demais, queremos dizer que, aproximadamente 50

cidades paranaenses estão nos programas de coleta e tratamento de esgotos. Parece-nos ser indispensável dizer que os esgotos sanitários são responsáveis pela alta taxa de poluição de nossos rios, contribuindo assustadoramente para a incidência de grandes males patogênicos, já com características endêmicas. Na realidade, e nos louvamos em dados da própria ARH, a contribuição dos efluentes industriais na carga poluidora total é bastante significativa. O equivalente populacional de carga poluidora industrial é da ordem de 7 milhões e 540 mil habitantes, e a causa dessa alta incidência das cargas industriais é a falta de sistemas de tratamento, e principalmente, o baixo nível tecnológico utilizado.

A tendência, face ao trabalho que o Governo vem desenvolvendo no combate à poluição, é a de minimizar o quanto possível, os efeitos perniciosos do mau uso dos nossos recursos naturais, e principalmente a predação constante que se verifica aos ecossistemas, pela mão do homem, com trágicas consequências para o equilíbrio ecológico, para a fauna, a flora, o ar, e mais importante, para a vida humana; efeitos esses que tragicamente alienam as alternativas de uma geração saudável, no futuro.

Pelo que podemos expor, que é a expressão do nosso sentimento cívico, com o testemunho dos prefeitos municipais e do povo do Paraná, não nos sobra outra alternativa que não a de proclamar desastrosas as críticas infundadas e maldosas ao trabalho do Governo, com a destinação de prejudicar toda uma programação administrativa, refletindo em seus beneficiários, o povo do Paraná.

Porém, Senhores Deputados, queremos deixar registrado nos Anais desta Casa, a nossa certeza de que o povo paranaense saberá julgar, com consciência e responsabilidade, com respeito e espírito de justiça, àqueles que hoje, na defesa de outros interesses aos da coletividade, deixam as posições de recato e respeito à causa pública para combater a consciência cívica do Estado, e obstaculizar a marcha do progresso e do desenvolvimento.

Aos demais, queremos afirmar, mais uma vez, a nossa fé nos homens que dirigem os nossos destinos, dando aqui público testemunho de sua capacidade de realização, de sua honestidade e da sua dignidade.

Refutamos as críticas destrutivas e os ataques desmedidos dos que, se de outro modo procedessem, poderiam ajudar na construção de um Paraná cada vez mais forte e respeitado.

Para esses, respondemos com as obras que o Governo realiza; com a solidariedade de todos os prefeitos de bom senso, conscientes do papel que lhes cabe desempenhar nesta etapa do desenvolvimento paranaense; e com as benções dos nossos pósteros que saberão avaliar, no futuro, as grandiosas obras para as quais nos orgulhamos de contribuir!"

Lamento, nobre Deputado Benedito Lúcio Machado, não poder conceder o aparte a V. Exa. em virtude de ter soado os tímpanos, conclamando-nos a deixar a tribuna.

O SR. LÚCIO MACHADO — Muito obrigado, por não ter concedido o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 113/77, que declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente das Senhoras Sírías Libanesas", com sede e foro nesta Capital. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 118/77, que

declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Evangélico, com sede na cidade de Irati. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 256/77, Mensagem número 67/77, ex-Proposição número 389/77, — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Cianorte, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 310/77, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 502/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Lupionópolis, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Machado de Assis e Carlos Gomes. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 320/77, Mensagem número 18/77, ex-Proposição número 179/77, aprova termo de re-ratificação do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Goioerê, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, no referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 321/77, Mensagem número 29/77, ex-Proposição número 187/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Jandaia do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 328/77, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 257/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Quinta do Sol e do Ginásio Estadual São Judas Tadeu. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 330/77, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 267/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Mateus do Sul, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Paulo Fortes. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 340/77, Mensagem número 65/77, ex-Proposição número 387/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Araruna, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 341/77, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 393/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Salto do Lontra, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual "Jorge de Lima". — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 342/77, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 400/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Ivaina, naquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 343/77,

Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 403/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Palmital, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam 23 (vinte e três) Casas Escolares, daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 357/77, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 505/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Andaraí, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Stella Marias. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 360/77, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 510/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Jaguapitã, objetivando execução de obras de reparos no prédio da Escola de Aplicação Nilson Ribas, da sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 361/77, Mensagem número 113/77, ex-Proposição número 515/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rancho Alegre, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 372/77, que altera o artigo 1º da Resolução número 37/72, de 04/12/72. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 94/77, de autoria dos Deputados Enéas Faria e Valter Pietrângelo, que cria uma Escola Técnica Agrícola no Município de Fênix, autorizando o Poder Executivo proceder sua instalação e funcionamento em 1978 e dá outras providências. Pareceres contrários da C.C.J., por maioria, favorável da C.F. por unanimidade e contrário da C.I.P., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 115/77, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que acresce de mais um parágrafo com redação que especifica, ao artigo 138, da Lei número 6174, de 16/11/70. Pareceres contrários da C.C.J.e., C.R.H., por unanimidade e favorável da C.F., por maioria, com Substitutivo Geral de Plenário. — Em regime de urgência. — APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 128/77, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo alienar por doação, ao Município de Teixeira Soares, terreno localizado do quadro urbano do Distrito de Angaí, com área, limites, divisas e demais características de registro de imóvel da Comarca de Teixeira Soares. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 143/77, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, imóvel de propriedade do Estado conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — da Proposição número 537/77, da Comissão Especial de Reforma à Constituição, oriunda de Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria do

Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, dando nova redação aos artigos que especifica e inclui no Título V da referida Constituição, os artigos números 157, 158, 159, 160 e 161. Parecer favorável da Comissão Especial, por maioria, COM EMENDAS.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Requeiro a V. Exa. verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — Assim que esta Presidência coloque em votação, atenderá o seu pedido.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, requeremos que seja observado o disposto no artigo 165 do Regimento Interno, 1ª parte, que determina que a proposição seja votada artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — Esta Presidência vai aguardar para atender ao Deputado Muggiati Filho, que chegue em nossas mãos o Regimento da Casa.

2ª discussão da Proposição número 537/77.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — O requerimento que encaminho à Mesa é o seguinte: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, com amparo no artigo 165, primeira parte, do Regimento Interno, requer a votação do Projeto número 537/77, de Emendas Constitucionais, pela forma, ali prevista de “artigo por artigo”, em segundo turno de votação, respeitadas as emendas já aprovadas em primeiro turno.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO ”

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — Esta Presidência tem em mãos o requerimento do Deputado Muggiati Filho. Colocará o mesmo à apreciação do Plenário.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — Atenderei com todo o prazer ao Deputado Gabriel Manoel, após termos colocado em votação o requerimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Encantado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — O requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho tem o seguinte teor. (Lê o requerimento).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem) — (Assentimento). — Consulto a Mesa sobre a questão de ordem que pretendo propor neste momento. Parece-me que o artigo 165, que o nobre Deputado Muggiati Filho pretende que dê respaldo ao seu requerimento, não tem aplicação na votação de Emenda Constitucional que dispõem de resolução própria e que normatiza procedimento de votação. Eu faço esta indagação para que a Mesa dirima a dúvida que alimento neste momento.

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — V. Exa. invocou o artigo 165?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, 165 foi o artigo, do Regimento, invocado pelo Deputado Muggiati Filho. E eu tenho comigo que o artigo 165, não se aplica à votação de emendas constitucionais que dispõem de rito próprio, através de resolução aparte, cujo número, no momento, não lembro, e que dá a forma de votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Quer nos parecer, Sr. Presidente, que a resolução cuida, especificamente, do encaminhamento de projetos de emendas constitucionais, não faz referência a essa matéria; é omissa. Havendo dispositivo regimental e V. Exa. já havia colocado a matéria em votação, o Plenário, naturalmente, decidirá.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Esta Presidência, realmente, não vê como...

O SR. MUGGIATI FILHO — ... com destaque que cada um de nós poderá requerer.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — ... outra maneira de proceder, a não ser colocando em votação o requerimento do ilustre Deputado Muggiati Filho, para que o Plenário decida. Em votação o requerimento do Deputado Muggiati Filho, já lido por esta Presidência. — APROVADO.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, peço a V. Exa., verificação de votação para este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Atendo. Colocaremos, novamente, em votação, o requerimento, atendendo à questão de ordem, do Deputado Gabriel Manoel.

Em votação.

Três Srs. Deputados aprovam; seis Srs. Deputados rejeitam.

Conseqüentemente não há "quorum" para deliberação, nem para prosseguimento normal da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão ordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 5, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei número 100, 110, 151 e 155/77.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 332/77.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei número 128 e 143/77. Levanta-se a sessão.